

“Mister Taylor”: Monterroso, bolsonarismo e afterpop

RESUMO

Jonatan Rafael da Silva
jonatanrafaeldasilva@hotmail.com
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná (UTFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.

A barbárie do mundo pós-1945 deixou o campo de batalha para se transfigurar em um fenômeno pop. E a ferramenta principal do aliciamento das nações em desenvolvimentismo pelas grandes potências se deu pelo colonialismo cultural e estabelecimento de uma verdade universal, capaz de aniquilar as identidades e os costumes dos povos chamados colonizados. O escritor guatemalteco Augusto Monterroso cria uma metáfora perfeita para esse processo colonizador em “Mister Taylor”, uma fábula cujas cores são extremamente atuais e dialogam de forma premonitória para a ascensão da extrema-direita no Brasil e também nos Estados Unidos.

PALAVRAS-CHAVE: Mister Taylor. Afterpop. Bolsonarismo. Colonialismo. Pós-modernidade.

Vivo e escrevo ameaçado por essa lateralidade, por essa paralaxe verdadeira, por esse estar sempre um pouco mais à esquerda ou mais no fundo do lugar onde se deve estar para que tudo calhasse satisfatoriamente num dia a mais de vida sem conflitos.

Julio Cortázar

O ESTRANGEIRO E O ESTRANHO: MÚLTIPLOS NUBLAMENTOS

O guatemalteco Augusto Monterroso é lembrado muito mais por uma única linha que por toda a sua bibliografia. “O Dinossauro”, o enigmático conto minimalista – “Quando despertou, o dinossauro ainda estava ali” (MONTERROSO, 202, p. 63) –, que rivaliza com a síntese brutal de Hemingway, persegue o escritor como se toda a sua obra estivesse resumida a essa sentença. Monterroso é um autor marcado pela ironia. Seu primeiro livro, não por acaso, se chama “Obra completa” e outros contos e talvez fosse mesmo aquela reunião de relatos a sua obra total até aquele momento – abre com o melhor retrato do mundo na era da pós-verdade e do afterpop.

O afterpop, conceito criado por Eloy Fernández Porta (2010) em ensaio publicado na edição número 10 da revista *Serrote*, é a dissolução da cultura de consumo e a consolidação de um estágio posterior à experiência pop, tanto em seu esgotamento quanto incapacidade de produção de um novo sentido. Dessa impossibilidade, cria-se, portanto, laços com o passado imediato tal qual fosse ele o presente.

“Mister Taylor” é uma fantasia real e atual, um espelhamento da política da pós-vergonha (HALL, 2020), quando as falácias não embarçam seus emissores e suas reputações não são arranhadas pelas torrentes de mentiras que propagam e promovem à guisa de se colocarem em um espectro de novidade e ineditismo. Monterroso, ao descrever as ditaduras latino-americanas das décadas de 1960 e 1970, antecipou o Brasil de Jair Bolsonaro, um país de democracia na corda bamba, do analfabetismo político e da destruição dos direitos civis – em que se pede, do modo mais imperativo e altivo possível, a volta do mais servil e severo instrumento de repressão, o AI-5, para a retomada da liberdade que teria sido perdida com os governos posteriores ao regime militar, sobretudo, os de Lula e Dilma Rousseff.

Ao melhor modo de Robinson Crusoe, “Mister Taylor” é uma narrativa sobre metáfora e representação. No conto, o gringo Percy Taylor, um homem “que havia polido seu espírito até o extremo de não ter nenhum centavo” (MONTERROSO, 2020, p. 13), desembarca na região amazônica um ano antes do fim da Segunda Guerra Mundial. Ali, no meio da selva, o norte-americano, visto como um mendigo pelos nativos, descobre, na incapacidade de se comunicar com os indígenas, uma excêntrica atividade: colecionar cabeças miniaturizadas. Mr. Taylor, que não dá a mínima pista de como isso acontece – e, na prática, essa explicação não faz a menor diferença –, envia uma das cabeças diminutas ao seu tio e, dessa troca de correspondência, nasce a relação comercial que irá movimentar todo o país, que também não é revelado de qual se tratar – e, novamente, Monterroso faz com que um detalhe, muitas vezes fundamental, não faça a mínima falta.

As cabeças dos moradores locais se transformam não apenas em um produto de exportação, mas na coqueluche das elites entediadas do primeiro mundo. Aos

pedidos, que chegavam em maior número à medida que passavam as semanas, Mr. Taylor atendia lisonjeado em servir. No andar do tempo, era preciso que o fornecimento do souvenir aumentasse para suprir a demanda. Agora, a classe média também já podia comprar as cabeças reduzidas. As leis se tornaram mais enérgicas: a mínima banalidade seria punida com pena de morte. Os magistrados passaram a operar de modo que todas as engrenagens funcionassem em prol de aumentar o “brutal produto interno”, como diria Cacaso. Se no Brasil o golpe veio “com o Supremo, com tudo”, em “Mister Taylor” o colapso não foi muito diferente.

Monterroso (2022, p. 17-18), ao descrever o caos em que o país se meteu, não usa meias palavras:

Até mesmo os mais simples equívocos passaram a ser faltas delituosas. Exemplo: se em uma conversa banal alguém, por puro descuido, dissesse “Faz muito calor” e, posteriormente, fosse possível comprovar, termômetro em mãos, que na verdade não era para tanto, cobrava-se uma pequena taxa, e ele era trespassado ali mesmo pelas armas, correspondendo a cabeça à Companhia e, é justo dizê-lo, o tronco e as extremidades aos enlutados.

A narrativa, de uma brevidade ultrajante de tão precisa, é a síntese da história da América Latina: uma história de pilhagens – desde o primeiro dia em que os europeus colocaram os pés por aqui. Se, como disse Oswald de Andrade, os portugueses chegaram debaixo de um temporal, e portanto vestiram os índios, Monterosso faz um retrato menos amigável do processo de colonização e dominação cultural, ambos em marcha perpétua. O mal, a banalidade deste mal como mais tarde iria se referir Hannah Arendt, está no aspecto utópico da docilização dos corpos, como afirmava Foucault.

Em “Mister Taylor”, a distopia é, justamente, a não dominação daqueles povos selvagens imbricados no meio da mata. Percy Taylor – que sempre recebe o mister antes do seu nome, mais uma marcação da superioridade estrangeira – é a síntese de todas as artimanhas do “primeiro mundo” para o despertencimento do sujeito latino-americano para a produção – e não existe termo melhor – de um sentimento de patrocínio e servilismo.

O patrocínio vem no comboio do pacto civilizatório e suas tecnologias – o tal espelho dado pelos portugueses aos índios ou a ideia de moda vendida pelas grandes redes de varejo baseada em uma padronização do indivíduo – e o servilismo, que já era comentado por Étienne de La Boétie no século XVI, é um subproduto do falso apadrinhamento. O deslumbramento com tudo o que é “de fora” é o sintoma mais perceptível da colonização dos costumes e dos corpos dóceis. O resultado prático é o nublamento da identidade de um povo. Do ponto de vista mais imediato, os sujeitos sociológico e pós-moderno de Stuart Hall estão imersos na neblina das novas tecnologias. No caso dos personagens de Monterosso, a névoa é fruto de uma apropriação extrema, não só cultural, mas física e material, uma apropriação dos corpos – que não está representada somente no plano metafórico dentro do relato.

O ápice do desenraizamento cultural se dá no ponto exato naquilo que é natural, isto é, próprio da sua identidade cultural é o que soa estrangeiro. É fácil perceber esse fenômeno na cultura popular: basta ver a rejeição do brasileiro ao cinema nacional, salvo as produções tipicamente popularescas. Na música pop,

elementos e instrumentos comuns à identidade brasileira são presenças ausentes. O brasileiro, que jamais se percebe como latino, é ainda mais intransigente com uma sonoridade continental, por exemplo. Há sempre, ou na maioria das vezes, um tom depreciativo em qualquer tentativa de aproximação entre Brasil e os povos hermanos. A rivalidade entre Brasil e Argentina é ainda mais intensa. Produto de fabricação da cultura das massas, essa dicotomia assombrosa, para não dizer sem sentido, nasceu da competitividade do futebol e, para o homem médio, foi transposta a todo resto. O que diria, então, esse mesmo homem médio se entendesse o conflito, até hoje mal resolvido, entre a Argentina e a Inglaterra pelo domínio das Malvinas?

Monterroso pinta um cenário tão real quanto estarrecedor. Como no Brasil, no país de “Mister Taylor” a população não protesta contra a sua própria morte. A crise acontece ao fim da matéria-prima: uma população exterminada, vendida aos estrangeiros, nublada em seus sentidos, já não tem mais serventia. Já não recebe patrocínio e também não é mais capaz de servir. A nulidade do povo subjugado é a anulação da identidade do povo dominante. A equação é simples: se não há quem obedeça, quem manda perdeu a sua função, a única razão pela qual a sua existência poderia ser justificada. Quando sobram somente as autoridades, é porque, em realidade, não sobrou ninguém.

A sanha pelo autoritarismo e o afã por servir, por ser útil em uma sociedade descartável, é o que permite o surgimento de todo totalitarismo e é que fornece o aval necessário para o mundo da pós-vergonha. A verdade pouco importa: o valor está em tudo o que confirma um pensamento, se um argumento real ou insustentável.

UMA INQUISIÇÃO PROFANA

Bolsonaro nunca escondeu os seus princípios ou a falta deles. Mr. Taylor, depois que descobriu a sua mina de ouro, tampouco. A grande diferença entre os dois homens, inescrupulosos e sociopatas, é que no primeiro existe uma adesão de corpo e alta. O segundo, só corpo. O bolsonarismo é uma doença apaixonada: o peixe é fígado pelas emoções, pela inaptidão diante do diálogo. É uma paixão negativa, um movimento que, na verdade, não se mexe, mas está sempre inerte por não saber para onde ir. Bolsonaro, assim como Hitler e Mussolini – seus congêneres – é kitsch. Toda a sua arregimentação é tosca e desesperada, nublada pela dificuldade de se encontrar no mundo.

Ao mesmo tempo, o bolsonarismo é um produto das massas, uma consequência da má-formação moral e cívica do brasileiro. Com a chegada de um sujeito indecente e limitado ao Executivo, foi a primeira vez na história do Brasil que o homem medíocre se viu espelhado em algo que, na sua escassa compreensão, pode ser bom ou positivo. Bolsonaro e Percy Taylor têm o mesmo *modus operandi*: são redutores de cabeças: só lhes interessam as mentes miúdas. A canibalização, metafórica ou não, é praxe no pensamento bolsonarista, como ficou claro na entrevista que Bolsonaro concedeu à Folha de S. Paulo e disse, sem meias palavras, que usava seu auxílio-moradia para “comer gente”. Lembrando que a gênese ideológica do bolsonarismo está no discurso de Olavo de Carvalho, para quem a fixação anal era uma questão, não surpreende que a barbárie apareça sem licença poética.

Qualquer coisa diferente disso é perigosa, nociva ao regime que diminui o valor do indivíduo, o vende e, por fim, o aniquila.

A dominação no conto de Monterosso é por vias legais, como já vimos. No Brasil de Jair Bolsonaro acontece pela tríade foucaultiana – polícia, escola e família – acrescida das igrejas neopentecostais, que ocupam a mesma função que a Igreja Católica na Inquisição, o que deixa o bolsonarismo atrasado em, no mínimo, cinco séculos. Não é de espantar. Nunca pastores e bispos evangélicos tiveram tanta importância fora do seu palco. Mais uma vez: foi uma promoção inédita de certa camada social, anteriormente, à parte de decisões políticas e sociais, e que, por sinal, não estão na sua alçada e muito menos no seu entendimento. É a tirania do espírito, como afirmou Oscar Wilde, ganhando corpo para além dos seus domínios.

Em uma análise sob a ótica de Roberto Schwarz em “As ideias fora do lugar”, o bolsonarismo, tão atrelado ao agronegócio, segue a mesma lógica escravista do latifúndio cujo pivô é sempre o lucro. As mentes miúdas, necessárias para formar a legião de seguidores de Bolsonaro, precisam ficar reduzidas, diminuídas, sem vocação crítica para a discórdia ou para a contenda. O sujeito contestador põe em risco o projeto de governo bolsonarista e ameaça o lucro fácil da mão de obra barata de um povo aquietado, anestesiado pelo temor a Deus ou à força policial.

A base por trás dessa nova inquisição, profana como a regida durante a Idade Média, é a do favor e da servidão voluntária. A cadeia dessa produção de sentido, que tem como único objetivo não produzir sentido algum e tensiona os padrões estéticos na tentativa de liquidá-los, está em uma base de areia movediça, que afunda ao menor aceno democrático. É o tipo de esquema que só funciona à repressão.

O bolsonarismo e as formas religiosas obscurantistas operam da mesma maneira, pelas paixões, pelo viés kitsch, pois são consumidas irracionalmente. É a luta do Bem contra o Mal, o dualismo mais primitivo, a segregação mais imperativa e menos inteligente possível. E veja, caro leitor, o protagonista de Monterosso não foge à regra. Na hora do colapso, em que as alternativas se esvaem, Mr. Taylor é transmutado em um senhor da guerra.

Sem muito esforço, o cérebro de Mr. Taylor discorreu que o único remédio possível era fomentar uma guerra entre as tribos vizinhas. Por que não? O progresso.

Com a ajuda de uns canhõesinhos, a primeira tribo foi descabeçada sem embaraços em escassos três meses [...]. Depois veio a segunda; então a terceira, e a quarta, e a quinta. O progresso se estendeu com tanta rapidez que chegou a hora em que, por mais esforços que realizassem os técnicos, não foi possível encontrar tribos vizinhas com as quais guerrear (MONTEROSSO, 2022, p. 19).

Monterosso segue, por querer ou não, a lógica orwelliana de “guerra é paz, liberdade é escravidão, ignorância é força”, a mesma que rege o bolsonarismo. Quando Bolsonaro fala em metralhar a oposição, está pedindo a guerra como única resolução das diferenças; quando do seu slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, está docilizando os corpos, escravizando-os, com uma promessa estelionatária de libertação; ao minimizar a pandemia, negar a eficácia das vacinas, dar como justificativa o seu “físico de atleta”, ou mesmo invalidar a inviolabilidade das urnas eletrônicas – e só reage assim por saber que são à prova de fraude – está

usando a ignorância como força social, como se aqueles que o seguem – e acatam suas ordens – fossem superiores por não estarem na multidão do *establishment*.

Na verdade, o bolsonarismo é produto de consumo de massa, a mesma massa que diz desprezar. Bolsonaro, que por duas décadas foi um político inativo – na sua síndrome da inércia adquirida – só se transformou em um fenômeno ao aparecer em programas de TV, espetáculos grosseiros e escarrados de uma barbárie latente à cultura brasileira.

A PÓS-DEMOCRACIA NEO-INQUISIDORA

O afterpop bolsonarista talvez tenha criado a pós-democracia que, assim como a pós-verdade, é uma negação da sua origem. No regime da pós-vergonha, em que as cabeças são reduzidas, tudo é falso, tudo é fake. A verdade é elemento íntimo e individual, não está mais alicerçada em princípios universais geridos pela ciência – depende unicamente da compreensão de mundo do próprio sujeito. Todas as conquistas do pensamento científico adensado pela modernidade, que tentou dar um basta nas superstições, estão caindo por terra.

O servilismo e o favorecimento, ambos fenômenos tipicamente latino-americanos e estudados por Roberto Schwarz, retratam a incapacidade da construção de uma identidade que se solidifique em tempos de tanta liquidez moral e intelectual. E a história, como já havia advertido Marx, se repete ora pela tragédia, ora pela farsa. E o que pode surgir depois do falsear? A desconstrução da verdade para que o fingimento – não como o poeta fingidor de Pessoa – possa se tornar a nova realidade. Essa é a pós-democracia bolsonarista e também de “Mister Taylor”. Na realidade distópica do Brasil após 2018, e na ficção de Monterosso, as crises não são somente o colapso da economia e da política, mas a derrocada do indivíduo, que se vê enforcado pela corda invisível do Estado. Não à toa, “Mister Taylor” se fecha com um suicídio e um pedido de perdão. Que perdão é esse, entretanto, que não soluciona, não resolve e não propõe que se coloque uma pedra sobre a miséria?

Quando do Golpe de 2016, que a imprensa chamou de *impeachment*, a votação para a cassação de Dilma Rousseff tornou-se a espetacularização de uma nova tortura: um adento à violência que a presidenta havia sofrido durante a ditadura militar. Os votos a favor – justificados por Deus e pela família, exalando não somente o conservadorismo que tomaria conta do país pouco depois, mas exploravam o imaginário popular de uma inquisição contra a esquerda – foram o sustentáculo ideológico e imagético que permitiu que o Brasil fosse metamorfoseado no pesadelo kafkiano em que todos aqueles contrários ao regime pós-democrático assumissem a pele do caluniado Josef K.

Tanto na obra do tcheco quanto no conto guatemalteco, a linguagem calibra, por meio do silêncio, um mundo partido e de corpos docilizados. As amarras sociais não são fortuitas: são criadas com um propósito muito claro de dominação dos povos, redução dos direitos. É um governo pelo medo. E, obviamente, não há qualquer espanto nesse jogo. Considerando os regimes teocráticos, em que se obedece a um deus pelo temor compulsório à fúria divina – sempre pronta para aniquilar a sua própria criação – ou pelos desígnios das leis dos homens, alegadamente uma tradução dos mandamentos do criador. A obediência inequívoca é a chave para que as pós-democracias – trumpistas, bolsonaristas ou

outras quaisquer – alcancem a legalidade, fortalecendo os processos de esgotamento identitário e da liberdade, que passa a ser pouco mais que um conceito vago e orwelliano. Mais uma vez: com o Supremo e com tudo.

Em tais regimes, a morte se torna um negócio financeiro e político. Primeiramente, a morte dos merdunchos tira do governo o custo da assistência social e, no contexto de “Mister Taylor”, é matéria-prima de exportação. E que, no final das contas, dá no mesmo. Viver não só é raro, mas também caro.

Depois, a morte é uma bem-aventurança política por imprimir o medo e reduzir a base contrária. Percebe-se que poder político e econômico são tão imbricados, e se cruzam de tal forma, que são indissociáveis. Ninguém governa somente por articulações partidárias ou estratégicas de mercado: é preciso dominar as duas pontas dessa linha, que pode ser reta ou um grande emaranhado sem sentido.

A cena em que os fabricantes de caixões choram à escassez de falecimentos é o espelhamento do discurso virulento de eliminação à bala dos opositores ao governo de Bolsonaro e que, notadamente se sabe, foi materializado inúmeras vezes por meio de uma hedionda violência. Monterroso condensa nesse pequeno momento – de um conto também pequeno – toda a necropolítica que rege a cartilha pós-democrática. A aniquilação e o desaparecimento são, portanto, política de governo, um método de trabalho justificado na impossibilidade de diálogo e na aquiescência das massas, ou seja, não há julgamento ou opinião pública que possa frear essas ações adquiridas na moralidade vigente.

Como se vê, Bolsonaro não é só o arquétipo do ignorante no e com poder, mas o dinossauro monterroseano que não vai embora ou desaparece. Acorda-se do pesadelo e o monstro ainda está lá: enorme, desastroso e incapaz de caminhar para a frente sem destruir por onde passa.

“Mister Taylor”: Monterosso, bolsonarism and afterpop

ABSTRACT

The barbarism of the post-1945 world left the battlefield to transform itself into a pop phenomenon. The primary tools for the recruitment of developing nations by the great powers were cultural colonialism and the establishment of a universal truth capable of eradicating the identities and customs of the so-called colonized peoples. Guatemalan writer Augusto Monterroso creates a perfect metaphor for this colonial process in “Mister Taylor”, a fable whose themes are extremely relevant and presciently resonate with the rise of the far-right in Brazil and the United States.

KEYWORDS: Mister Taylor. Afterpop. Bolsonarism. Colonialism. Pós-modernity.

REFERÊNCIAS

CACASO. Lero-lero. São Paulo: Cosac Naify. 2012.

FOSTER, Hal. What comes after farce?: art and criticism at a time of debacle. Londres – Nova York, Verso Books, 2020.

HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MONTEROSSO, Augusto. Mister Taylor. In _____. Obras completas e outros contos. São Paulo: Mundaréu, 2022.

PORTA, Eloy Fernández. Afterpop: dez não-logos sobre literatura e pop. In Serrote. Nº 10. São Paulo: IMS, 2010.

SCHWARTZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In _____. Cultura e política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Recebido: 27 jun. 2023.

Aprovado: 30 jul. 2023.

DOI: 10.3895/rde.v14n23.16591

Como citar:

SILVA, J. R. *Dito Efeito*, Curitiba, v. 14, n. 23, p. 36-44, jan./jun. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.utfr.edu.br/de/>>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

